Processo n.º 491/2006

(Recurso Crime)

Data: 25/Janeiro/2007

ASSUNTOS:

- Liberdade condicional

SUMÁRIO:

1. Apesar de o recluso ultimamente ter mantido um bom comportamento, facto é que não se pode deixar de considerar a gravidade dos crimes praticados e o facto negativo de um dos crimes ser contra a liberdade das pessoas, o crime de sequestro, que é um crime que muito impressiona a opinião pública e marca a sociedade em geral, para mais no âmbito do desenvolvimento de uma actividade, como a do jogo, que deve ser dignificada e acarinhada, enquanto esteio do desenvolvimento e da economia de Macau.

2. Para uma libertação condicional do recluso é necessário que essa libertação não fira a ordem jurídica e a paz social.

O Relator,

João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 491/2006

(Recurso Penal)

Data: 25/Janeiro/2007

Recorrente: A

Objecto do Recurso: Despacho que indeferiu o pedido de Liberdade

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I – RELATÓRIO

A, inconformado com a decisão do 2.º Juízo de Instrução Criminal do TJB, proferida em 25 de Agosto de 2006 no âmbito do processo n.º : PLC-002-05-2-A, que lhe denegou a liberdade condicional, dele vem interpor recurso, alegando, em síntese:

O despacho não concedeu liberdade condicional ao recorrente, violando assim o espírito legislativo do sistema da liberdade condicional previsto nos artigos 56.º-59.º do CPM; padece do “vício de entendimento errado das leis”, nos termos do artigo 400.º, n.º 1 do CPPM; e com base nos factos provados, e analisando os requisitos previstos no artigo 56.º do CPM e o espírito legislativo do sistema de liberdade condicional, o dito despacho recorrido deve ser revogado, ao passo que ao

recorrente deve ser concedida a liberdade condicional.

A final formula o seguinte pedido, no sentido de se:

- 1) Admitir o presente recurso;
- 2) Anular o despacho recorrido por o mesmo ter violado os dispostos nos artigos 56.º-59.º do CPM e sofrer do “vício de entendimento errado das leis”, nos termos do artigo 400.º, n.º 1 do CPPM;
- 3) Conceder liberdade condicional ao recorrente nos termos do artigo 56.º do CPM.

Sendo um chinês, o recorrente não percebe português; portanto, vem solicitar ao Mm.º Dr. Juiz que dê preferência à língua chinesa ao praticar os actos processuais, nos termos do artigo 9.º da Lei Básica, do artigo 1.º, do artigo 8.º, n.º 2, e do artigo 9.º, n.º 1 do Decreto-lei n.º 101/99/M de 13 de Dezembro.

Responde o **Digno Magistrado do Ministério Público**, alegando, em síntese:

A fls.80 e 80 verso, emitiu o Ministério Público o seu parecer, desfavorável à concessão da liberdade condicional ao recorrente.

Como questão prévia, será especulativo aferir-se que o recorrente já está corrigido e que, uma vez em liberdade conduzirá a sua vida de um modo socialmente responsável, sem cometer crimes, considerando-se preenchidos os requisitos necessários a uma adequada reintegração social. Isto, no que toca à análise do técnico de reinserção social.

Parece-nos, sim, que tais considerações espelham, no máximo, as intenções do recorrente, que poderão, assumindo-as como verdadeiras, constituir elementos relevantes para apreciação quanto à concessão da liberdade condicional.

O recorrente, cometeu crimes de elevada gravidade e, pese, embora, o mesmo alegue que a lei não prevê, claramente, que a gravidade do crime cometido constitua requisito para a concessão da liberdade condicional, facto é que, quer a gravidade do crime, quer o modo do seu cometimento, quer o dolo, configuram as circunstâncias do caso previstas no art. 56º, n.º 1, alínea a), do C. Penal.

Consequentemente, haverá que considerar, ainda, a realidade social e a consciência colectiva, sendo que, a aplicação da lei terá que funcionar, sempre, como mecanismo regulador e de protecção dos cidadãos.

E, por tudo aquilo que a experiência sobre o fenómeno da criminalidade nos revela, temos de concluir que o recorrente veste a figura, não do criminoso accidental ou ligado a tipos de criminalidade que podemos chamar de menor, mas a do criminoso ligado à criminalidade planeada e concertada.

As exigências da prevenção criminal, de crimes desta natureza, impõem uma sanção adequada ao desvalor da conduta do recorrente, tendo em consideração o grau de dolo, a culpa e as consequências, para o ofendido, por um lado, e, por outro, o alarme e insegurança que este tipo de crimes causam à comunidade, para além da imagem negativa que projectam, mesmo para além fronteiras, de uma região administrativa especial que tem a sua economia maioritariamente assente na indústria do jogo.

E, quando o recorrente fala em .violação do espirito legislativo, podemos compreender que queira referir-se à "bondade" da lei que, com o instituto da

liberdade condicional, quer proporcionar ao condenado um período de readaptação, em liberdade condicionada, à vida em sociedade, antes de atingir a liberdade definitiva.

Contudo, tal instituto, - tal "bondade" -, não é de aplicação automática e depende da verificação de requisitos sendo que, no caso em análise, se mostram, em parte, inverificados, não vendo nós de que forma tal violação ocorreu e, conseqüentemente, de que forma o recorrente pode imputar à decisão recorrida o vício do erro de interpretação previsto no art. 400º, n.º 1, do C.P.P.M..

Por tudo o que deixamos dito entendemos não ter havido violação de quaisquer preceitos legais ou pressupostos processuais.

Pelo exposto, entendemos não terem sido violados quaisquer preceitos do art. 56º, do C.P.M..

A Exma Senhora Procuradora Adjunta emitiu o douto parecer seguinte:

Subscrevemos as judiciosas considerações explanadas pela Magistrada do Ministério Público na sua resposta à motivação do recurso.

Como se sabe, a liberdade condicional só é concedida quando se verificarem, em caso concreto, todos os pressupostos, tanto formais como materiais, de que a lei faz depender a aplicação do instituto.

É evidente a verificação, no caso sub judice, do pressuposto formal da liberdade condicional, dado que o recorrente cumpriu já 2/3 da pena que lhe tinha

sido aplicada.

*No entanto, a concessão da liberdade condicional não se opera automaticamente com a verificação deste requisito formal, sendo ainda necessário o preenchimento dos outros requisitos, ditos materiais, referidos nas als. a) e b) do n.º 1 do art. 56º do CPM: são exigidas a formação de um **juízo de prognose favorável** sobre o comportamento futuro do delinquente em liberdade, por um lado, e por outro, a resposta positiva quanto à compatibilidade entre a libertação antecipada do condenado e a defesa da ordem jurídica e a paz social.*

No fundo, para que a liberdade condicional seja concedida, a lei exige o juízo de prognose favorável sobre dois requisitos cumulativos: prevenção especial e prevenção geral.

No caso sub judice, a questão essencial reside em saber se está preenchido o segundo requisito material da liberdade condicional, sem necessidade de discutir a verificação, ou não, do primeiro requisito material acima referido, já que o douto despacho ora recorrido não se fundamenta neste aspecto.

É de entendimento pacífico que, mesmo se verificando o pressuposto previsto na al. a) do n.º 1 do art. 56º do CPM, há que ponderar ainda a compatibilidade da libertação antecipada do condenado com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

Nas palavras do Prof. Figueiredo Dias, "resta a questão de saber se, aceitando o nosso direito uma liberdade condicional (regra), cumprida que esteja metade da pena (em Macau, é 2/3 da pena), o prognose favorável especial-preventivamente orientado não deveria ser limitado pela obrigação de

respeitar exigências de prevenção geral positiva no seu grau mínimo, é dizer, exigências de tutela do ordenamento jurídico.

*Uma resposta **afirmativa** a esta questão impõe-se. O reingresso do condenado no seu meio social, apenas cumprida metade da pena (em Macau, é 2/3/ da pena) a que foi condenado, pode perturbar gravemente a paz social e pôr assim em causa as expectativas comunitárias na validade da norma violada. Por outro lado, da aceitação do reingresso pela comunidade jurídica dependerá, justamente, a suportabilidade comunitária da assunção do risco da libertação que, como dissemos, é o critério que deve dar a medida exigida de probabilidade de comportamento futuro sem reincidência." (cfr. Direito Penal Português, As Consequências Jurídicas do Crime, pág. 538 a 541)*

Compreende-se bem que o legislador estabelece o último pressuposto material da concessão de liberdade condicional, exigindo que a libertação antecipada do condenado se revela compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

Com este requisito, pretende-se preservar a ideia de reafirmação da validade e vigência da norma penal violada com a prática do crime, tendo-se assim em vista a realização do fim de prevenção geral (de integração) - cfr. Manuel Leal-Henriques e Manuel Simas Santos, Código Penal Anotado, 1 Volume, pág. 507.

E "na análise da vertente da prevenção geral, não importa já e tão somente a conduta posterior do condenado, mas uma análise retrospectiva projectada sobre a realidade actual com incidência sobre o devir social, em termos de prognose, a partir da natureza dos crimes, forma de cometimento, o motivo da prática dos crimes, a sua gravidade, as finalidades prosseguidas e todo o circunstancialismo em que os mesmos

foram praticados" (cfr. Ac. do TSI, de 3-3-2005, proc. n° 22/2005).

Sabe-se ainda que a liberdade condicional não é uma medida de clemência ou recompensa por mera bom comportamento do recuso.

Assim, há que ponderar a compatibilidade da libertação antecipada do recorrente com a defesa da ordem jurídica e da paz social, o que se deve fazer através de análise dos elementos relacionados com os crimes em causa, por exemplo, a natureza dos crimes, as circunstâncias em que os mesmos foram praticados, o motivo da sua prática, a sua gravidade, etc..

E tendo em conta todos os elementos verificados no caso concreto, nomeadamente as circunstâncias dos crimes, o circunstancialismo social da comunidade de Macau, constata-se que os crimes em causa são uns dos mais frequentes em Macau, perturbadores da ordem jurídica e da paz social bem como a imagem pública de Macau cujo sector económico mais importante é, hoje em dia, exactamente o de jogo e de turismo.

Estamos inclinados em considerar que a libertação imediata do recorrente se mostra pouco compatível com a defesa da ordem jurídica e da tranquilidade social.

Recentemente e num caso semelhante (em que estão em causa também os crimes de sequestro e de usura para jogo), este Tribunal de Segunda Instância decidiu negar provimento ao recurso interposto do despacho de não concessão da liberdade condicional, entendendo que "ainda não se pode afirmar que a libertação (do recorrente) não provoca ameaças à ordem jurídica e à tranquilidade da comunidade e não terá risco de produzir efeito negativo, especialmente risco de pôr em causa a

aceitabilidade psicológica dos membros comunitários" (cfr. Ac. de 28-9-2006, proc. n.º 449/2006).

Finalmente não podemos deixar de dizer que tanto as propostas do Técnico Social e do Chefe de Guardas como o parecer do Sr. Director do EPM não são vinculativos para a concessão ou não da liberdade condicional.

Nota-se que estas opiniões, todas favoráveis, têm na sua consideração apenas a reintegração do recorrente na sociedade, sem ter tocado no segundo requisito material da concessão da liberdade condicional.

E salvo o devido respeito, parece-nos que, nesta fase do processo, já na execução das penas, concretamente na concessão da liberdade condicional, não há que falar do ónus de prova, sendo que cabe ao Tribunal apreciar os elementos constantes dos autos e tomar a sua decisão sobre o assunto.

Tudo ponderado, parece-nos que não está verificado o requisito previsto na al. b) do n.º 1 do art. 56º do CPM, pelo que não se deve conceder a liberdade condicional ao recorrente.

Evidentemente não cremos dizer que não é possível a libertação antecipada do recluso; no entanto, afigura-se-nos que a protecção dos valores ofendidos pela prática dos crimes em causa impõe que o tempo de prisão a cumprir pelo recorrente aproxime um pouco mais do fim da pena.

Termos em que nos parece dever julgar improcedente o presente recurso.

Foram colhidos os vistos legais.

II – FACTOS

Com pertinência, resulta dos autos a factualidade seguinte:

Em 9 de Dezembro de 2004, o recluso A foi condenado, no âmbito do processo n.º CR3-01-0070-PCC (n.º anterior PCC-040-01-6) do 3.º Juízo Criminal do TJB, numa pena única de 3 anos e 6 meses, por ter cometido um crime de sequestro, previsto e punido pelo artigo 152.º, n.º 1 do CPM, um crime de usura para jogo, previsto e punido pelo artigo 13.º, n.º 1 da Lei n.º 8/96/M, em conjugação com o artigo 219.º do CPM, e outro de extorsão qualificada, previsto e punido pelo artigo 215.º, n.º 2, alínea a), artigo 198.º, n.º 2, alínea a), e artigos 21.º, 22.º e 67.º, todos do CPM.

O recluso já pagou a respectiva taxa de justiça e as custas do processo.

O recluso foi detido em 22 de Abril de 2004, e a sua pena expira no dia 22 de Outubro de 2007.

Com o consentimento do condenado A, ao abrigo do disposto no artigo 467.º do CPPM, este Juízo deu-se início pela primeira vez ao processo de liberdade condicional.

O técnico da Divisão de Apoio Social, Educação e Formação do EPM elaborou o relatório de liberdade condicional, promovendo a concessão de liberdade condicional ao recluso (cfr. a fls. 7-13 dos autos).

O Sr. Director do EPM deu o seu parecer favorável à concessão de liberdade condicional (fls. 20 dos autos).

O Ministério Público não concordou com a concessão de liberdade condicional (fls. 80 e 80V dos autos).

Segundo revelado pelos elementos constantes dos autos, o recluso foi classificado como do grupo semi-confiança. Tem um bom comportamento na prisão, e não teve registos de punição por violação de regulamentos prisionais (vide a fls. 19 dos autos).

O recluso não participou em quaisquer actividades de formação na prisão.

O recluso manifestou que, uma vez ser colocado em liberdade condicional, iria viver juntos com os seus familiares, tendo já planeado a trabalhar numa agência de negócios.

III – FUNDAMENTOS

1. Importa analisar se o despacho que recusou a liberdade condicional do recorrente viola ou não o artigo 56º, n.º 1 do Código Penal, que prevê os requisitos materiais para a liberdade condicional e, assim, se se verificam todos os requisitos para que o recorrente possa beneficiar da liberdade condicional.

2. Estabelece o artigo 56º do C. Penal:

“1. O tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional quando se encontrarem cumpridos dois terços da pena e no mínimo 6 meses, se:

a) For fundadamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do

agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes; e

b) A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

2. A liberdade condicional tem duração igual ao tempo de prisão que falte cumprir, mas nunca superior a 5 anos.

3. A aplicação da liberdade condicional depende do consentimento do condenado.”

Se no caso vertente se observam os requisitos formais, já quanto àqueles pressupostos de natureza substantiva, a carecerem de integração pelo julgador, por corresponderem a conceitos em aberto, ao contrário do que sustenta o recorrente, não se pode dizer que os mesmos se verificam.

E os pressupostos materiais de aplicação do instituto em causa residem, por um lado, na personalidade e evolução da conduta do recluso, a que não deve ser alheio um bom comportamento prisional e num juízo positivo sobre a sua capacidade de readaptação à vida social e adesão a um modo de vida socialmente responsável e podem interpretar-se como a exigência de um **juízo de prognose favorável** sobre o comportamento futuro do delinquente em liberdade.

Na verdade, a concessão da liberdade condicional do arguido condenado e em execução de pena de prisão pressupõe a verificação de um juízo de prognose favorável à aplicação daquela benesse em termos de prevenção geral e especial, importando ponderar, por um lado, a fundada esperança de que o condenado conduzirá, em liberdade, a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, por outro,

importando ponderar a compatibilidade entre a libertação antecipada do condenado e a defesa da ordem jurídica e a paz social.

3. O recluso invoca em seu benefício as razões por que entende que deve ser libertada: comportamento positivo durante a execução da pena, apoio de familiares e amigos, inserção familiar, arrependimento, perspectivas de emprego quando sair do Estabelecimento Prisional.

Diz ainda que os diversos pareceres são unânimes no sentido da libertação, enfocando o bom comportamento prisional.

4. Sobre este aspecto, o bom comportamento no EP, já o temos assinalado, deve ser a norma e, não obstante a classificação em si, a análise dos diferentes relatórios não é global e não pondera todos os factores, em particular a compatibilidade entre da libertação com a ordem jurídica e a paz social.

É verdade que a conduta prisional se apresenta como um elemento muito importante para a formulação de um juízo de prognose favorável à libertação do recluso, mas não é elemento único.

Neste caso, houve ainda séria preocupação em termos de prevenção especial e geral.

Como se tem reafirmado já neste Tribunal¹, é a própria lei que estabelece tal índice, relativo ao circunstancialismo concreto do cometimento do crime, não para punir duplamente, mas para efeitos

¹ - Proc. 47/2005, de 18/3/2005 e Proc. 159/2005 de 28/7/2005 e 206/2005, de 20/10/05

distintos. Num primeiro momento, é um factor de graduação da pena; em sede de execução da pena, constituirá um elemento para aferir uma personalidade e conferir com a conduta posterior e sua projecção na sociedade onde o recorrente se há-de inserir.

A expressão da lei "atentas as circunstâncias do caso," não deixará de significar, nomeadamente, as circunstâncias dos factos ilícitos praticados, ou seja, a natureza e gravidade dos crimes praticados referido nos autos.

Para a formação de um juízo de prognose favorável não bastam as intenções; são necessárias acções. Dir-se-á que o bom comportamento no EP deve ser a regra, pelo que, em certas condições, haverá até que exigir algo mais do que o mero bom comportamento, de modo a inferir de uma consciência de responsabilização e de uma vontade de ressocialização. E essas situações não deixarão de se acentuar quando o crime pelo qual o recluso está a cumprir pena ou as circunstâncias dos mesmos assumiram bastante gravidade, como é o caso.

A ponderação a fazer deve ter aqui em conta, para além da vertente da prevenção geral, ainda a prevenção especial, relevando negativamente a conduta do condenado, devendo olhar-se o seu passado criminal, numa análise retrospectiva projectada sobre a realidade actual com incidência sobre o devir social, em termos de prognose.

5. Operando a mencionada ponderação, não é possível, realmente, na hipótese vertente, formular um juízo de prognose favorável sobre o comportamento futuro do recorrente em liberdade, vista a evolução da sua

personalidade em face do seu comportamento prisional.

Resulta dos autos um comportamento prisional que, embora colhendo a classificação de *bom* e integrado no grupo de *semi confiança*, nada mais oferece em termos altruistas ou de utilidade social.

Durante o cumprimento de pena manteve um comportamento adequado, sem punições disciplinares, mas não se dedicou a actividades escolares ou laborais, o que não é muito positivo para quem vivia como bate-fichas.

Apesar de ultimamente ter mantido um bom comportamento, facto é que não se pode deixar de considerar a gravidade dos crimes praticados e o facto negativo de um dos crimes ser contra a liberdade das pessoas, o crime de sequestro, que é um crime que muito impressiona a opinião pública e marca a sociedade em geral, para mais no âmbito do desenvolvimento de uma indústria que deve ser dignificada e acarinhada, enquanto esteio do desenvolvimento e da economia de Macau.

Registam-se no despacho recorrido as razões pelas quais se entendeu denegar a liberdade condicional à reclusa, ora recorrente “No presente caso, embora o recluso tivesse mantido um bom comportamento na prisão e se sentisse arrependido das suas condutas criminosas, tendo em conta a gravidade do crime (prejudicou a liberdade pessoal dos ofendidos por meio de sequestro com a intenção de extorsão de elevados juros, influenciando gravemente a segurança social de Macau e violando a liberdade pessoal dos cidadãos protegidos rigorosamente pelo sistema jurídica de Macau), e o peso significativo que a indústria de jogo ocupou na

estrutura económica de Macau, entende este Juízo que a libertação adiantada do recluso vai exercer um impacto sobre a concepção que os cidadãos de Macau têm sobre a justiça, e uma influência negativa sobre a ordem jurídica e a paz social de Macau.

Portanto, tendo em conta a sugestão preciosa do Ministério Público, indeferimos o pedido de liberdade condicional apresentado pelo recluso A, nos termos do artigo 56.º, n.º 1, alínea b) do CPM.”

Colhe-se daquele despacho que o Mmo juiz *a quo* não deixou de ser sensível, mais do que ao comportamento prisional, à natureza do crime e que nada observou de relevante na sua conduta posterior que motivasse um juízo de prognose favorável no sentido de que o condenado se venha a afastar da delinquência.

Nesta conformidade, sem necessidade de maiores desenvolvimentos, entende-se que não é fundadamente de esperar que o recluso, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, pelo que se entende que não estão verificados todos os requisitos previstos na lei para conceder a liberdade condicional ao recorrente.

IV – DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em negar provimento ao recurso, confirmando a decisão recorrida.

Notifique, dando-se conhecimento do teor do acórdão ao recluso.

Custas pelo recorrente.

Fixam-se os honorários à Exma. Patrona em MOP 1000,00, a adiantar pelo GABPTUI.

Macau, 25 de Janeiro de 2007,

João A. G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong